

## À frente do debate

**ILP (Instituto do Legislativo Paulista) oferece capacitação aos funcionários da Assembléia e aprofunda discussões de interesse da sociedade**



**Uma das principais preocupações do ILP é oferecer aos funcionários da Assembléia Legislativa cursos de recapacitação profissional**

Desde dezembro de 2001, a Assembléia Legislativa dispõe de um centro de estudos para promover a formulação de políticas públicas, a reflexão de questões sobre a representação política e a oferta de conhecimento aos funcionários da Casa e de outros órgãos de governo para aprimorar a gestão das coisas públicas.

A missão do ILP (Instituto do Legislativo Paulista) é otimizar os recursos do capital cultural do Parlamento estadual — aquilo que ele tem de mais valioso e estratégico para a sua sobrevivência. Suas atividades devem, portanto, prover ►►

▶ os deputados de informações que permitam acompanhar as transformações da sociedade e, principalmente, tomar a frente das discussões dos temas sociais e políticos de interesse da opinião pública.

Como ressalta Celso Matsuda, diretor-presidente do ILP, o cumprimento dessa missão e a compreensão do objeto de estudo primordial do instituto, o Poder Legislativo, “só podem ser alcançados por meio de uma pluralidade de abordagens das ciências sociais e humanas, pelas quais nunca é possível uma visão completa e harmônica das coisas”.

“Não existem paradigmas definitivos, ou mesmo duráveis, nas ciências humanas, e o caminho para formar, nessa área, uma instituição viva e flexível, é longo e complexo”, completa Matsuda ao comentar os desafios para a consolidação do organismo que dirige.

Entre outras coisas, o ILP tem procurado subsidiar os trabalhos parlamentares, promover cursos e seminários e acompanhar o aprimoramento do Índice Paulista de Responsabilidade Social e do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, importantes instrumentos para as autoridades públicas responsáveis pelo planejamento das cidades (leia texto sobre os índices na pág. 15).

O instituto também tem promovido atividades destinadas à formação de cidadãos mais conscientes e à maior aproximação com as Câmaras municipais, seja atendendo funcionários desses Legislativos em seus cursos presenciais, seja organizando eventos voltados para a capacitação de agentes políticos dos municípios, sobretudo vereadores e prefeitos.

Para a consecução de alguns de seus objetivos, o ILP depende em grande parte da interação com os demais seto-

res da Assembléia Legislativa. Com o Departamento de Recursos Humanos e o Departamento de Comissões, por exemplo, desenvolve programas de aperfeiçoamento dos servidores, funcionando assim como uma verdadeira escola de governo, de acordo com o que determina a Constituição Federal.

O instituto também tem ajudado e recebido colaborações importantes dos departamentos de Informática, de Documentação e Informação, de Comunicação, entre outros.

Uma maior aproximação com a Secretaria Geral Parlamentar da Assembléia deixou clara a necessidade de manter em sua grade de cursos alguns temas vitais para a área legislativa: Processo Legislativo, Técnica Legislativa, Orçamento Público, entre outros. O ILP está trabalhando para atender essa demanda, contando com a colaboração de especialistas da própria Assembléia e com recursos proporcionados por parcerias com os órgãos

**O uso de tecnologias da informação, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento do Portal da Assembléia, foi tema de seminário promovido pelo ILP, com a participação do professor Sergio Amadeu da Silveira, um dos principais especialistas brasileiros na implantação de software livre**



de capacitação do Senado Federal — o ILB (Instituto do Legislativo Brasileiro) e o Interlegis, a comunidade virtual do Poder Legislativo.

Para potencializar o capital intelectual dos servidores da Assembléia, o ILP está para iniciar a primeira fase de um trabalho de mapeamento dos talentos e competências do Parlamento estadual, que possam contribuir em cursos, palestras, consultorias, eventos e debates. Isso levará ao fortalecimento da estrutura de capacitação do Legislativo paulista, além de valorizar seu corpo técnico — que, em sua maioria, tem boa formação acadêmica, foi selecionado em concursos públicos concorridos e possui uma experiência acumulada na própria instituição.

A assinatura de termo de parceria com o ILB permitiu o acesso ao Canal ILB, com uma programação diária de diversos cursos de interesse dos servidores do Poder Legislativo. O compartilhamento desse recurso com o Serviço

de Treinamento do Departamento de Recursos Humanos vai torná-lo um importante instrumental para a melhoria do quadro funcional.

A ampliação do relacionamento entre o ILP e o Senado Federal também permitirá oferecer cursos presenciais promovidos pelo ILB. Quanto aos cursos de educação à distância (on line), eles já estão implementados pelo ILP desde 2004, por meio de preparação de coordenador local (funcionário do ILP) e da contratação de estagiários (tutores) custeada pelo Interlegis. O ILP estuda criar seus próprios cursos à distância para vereadores e atores políticos do interior do Estado.

### Pós-graduação

Os estudos de alto nível também encontram respaldo na trajetória a ser seguida para a consolidação do Instituto do Legislativo Paulista.

No início de 2006, a Assembléia

Legislativa e a Fundação do Instituto de Administração da USP vão firmar convênio para a oferta de um “Master in Public Administration (MPA)” em Políticas Públicas.

Já está em análise também a contratação de um curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Legislativa, organizado pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas-SP (FGV), que deverá abordar com profundidade grandes tópicos como gestão administrativa do Parlamento, processos de planeja-

mento público, formulação de projetos legislativos, políticas públicas, tecnologia de informática a serviço das casas legislativas e inovação no campo legislativo.

O convênio com a Unesp (Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho), que terminou em maio de 2005, está sendo revisto para que o ILP possa dar continuidade principalmente à pós-graduação lato sensu — Curso de Especialização em Governo e Poder Legislativo —, que foi desenvolvida especificamente para a Assembléia. ■

## Da cultura à tecnologia

O Instituto do Legislativo Paulista tem quatro núcleos voltados à reflexão de temáticas específicas.

• **Centro de Estudos Orlando Villas Bôas**  
Criado em dezembro de 2002, conta com a parceria do Centro Brasileiro de Cultura e Civilização, que realiza, anualmente, a Semana Orlando Villas Bôas, visando promover debates com vistas à integração nacional, cultivar as peculiaridades da tradição nacional, sem discriminação de tipo algum, para garantia da respeitabilidade mútua entre as forças da sociedade e os poderes do Estado.

• **Centro de Estudos de Democracia Participativa**

Tem o objetivo de promover estudos, seminários, campanhas e debates para orientar a legislação participativa e a iniciativa popular, fornecer mecanismos de participação popular, como o orçamento participativo, capacitar lideranças sociais para acompanhar as ações da Assembléia e ativar a cidadania, em parceria com o Fórum Paulista de Participação Popular. Funciona desde março de 2003.

• **Centro de Estudos Milton Santos**

Foi criado em novembro de 2003 e se propõe a promover a reflexão, a difusão e o desenvolvimento das idéias relativas ao respeito pela diversidade e à necessidade de buscar bases comuns entre as civilizações e no seio das civilizações. O objetivo do centro é criar uma cultura que permita o enfrentamento dos desafios comuns à humanidade que ameaçam os valores partilhados, que defenda os direitos humanos universais e a luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, através da cooperação, da parceria e da inclusão. O Centro de Estudos Milton Santos em conjunto com o Movimento Negro e Políticas Públicas da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

• **Espaço da Tecnologia Alesp**

Resultado de um convênio com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), firmado em abril de 2004, visa a interação entre a Assembléia e as micro e pequenas empresas, o apoio aos municípios e a formulação e avaliação de políticas públicas estaduais. O IPT dá subsídios na área de tecnologia a parlamentares e às comissões técnicas da Assembléia.